

Apresentação do Dossiê Temático "Comunicação popular e lutas sociais": a EPC em diálogo com a práxis ativista e dos movimentos

Presentación del Dossier Temático «Comunicación popular y luchas sociales”: EPC en diálogo con la praxis de activistas y movimientos

Presentation of the Thematic Dossier “Popular communication and social struggles”: EPC in dialog with activist and movement praxis

Lilian Saback

Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da UFRJ em cotutela com ISCTE-IUL. Professora Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Manoel Dourado Bastos

Doutor em História e Sociedade pela Unesp (Assis). Professor da Universidade Estadual de Londrina.

Helena Martins

Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília. Professora da Universidade Federal do Ceará.



Creative Commons



Atribuição



Não comercial



Compartilha igual

<https://br.creativecommons.net/licencas/>

As crises basilares do processo de reestruturação produtiva desencadeado a partir de meados dos anos 1970 desdobraram-se no conjunto de políticas de austeridade que caracterizam o período histórico neoliberal que ainda vivemos. Trata-se, a rigor, de um ataque às condições favoráveis à classe trabalhadora em seu poder de barganha salarial e conquista de outros direitos resultantes das políticas de bem-estar social e consumo em massa que impulsionam o capitalismo após a Segunda Guerra Mundial, que respondiam também às pressões da classe trabalhadora e ao projeto socialista, que então avançava. Foi durante os “anos dourados do capitalismo” em que, a rigor, se concretizou a Indústria Cultural conforme a configuração clássica que conhecemos (ou seja, um setor econômico capaz de dar conta das mediações entre capitais individuais e Estado, de um lado, e público, de outro). Esse setor foi sendo aos poucos reordenado conforme a lógica de rede exatamente a partir da reestruturação dos anos 1970 em diante. Os estudos em Comunicação também se consolidaram academicamente após a Segunda Guerra Mundial, seja a fim de municiar em termos teóricos as funcionalidades da Indústria Cultural, seja visando compreender criticamente o fenômeno. Dos anos 1970 em diante, as mudanças também geraram transformações significativas, muitas pautadas pela deriva pós-moderna.

A América Latina, como era de se esperar, viveu essa dinâmica de maneira contraditória em meio ao que Greg Grandin (2011) nomeou de “último massacre colonial”, ou seja, a sucessão de golpes e ditaduras empresariais-militares instaladas no continente a partir de 1954 na Guatemala e seus resultados como pertencentes à Guerra Fria. Longe de ser “o último”, tratou-se de uma continuidade de longuíssima duração de dominação sobre o continente. Por um lado, países como Chile (com o golpe de Pinochet em 1973) e Argentina (que vive um vaivém de golpes a partir de 1966, revertido em 1973 e retomado 1976) podem ser considerados palcos inaugurais das políticas governamentais de cunho neoliberal, favorecidas justamente pela truculência das ditaduras militares sobre as organizações da classe trabalhadora que, a seu modo, reinventaram sempre que possível suas táticas de resistência. Por outro, o Brasil viveu a ditadura sob o manto da modernização conservadora, o que acarretou, mesmo como forte violência sobre as organizações de trabalhadores já em 1964, um processo de redemocratização que colocou em tensão perspectivas de desenvolvimento e bem-estar social fortemente marcadas pela pressão popular com a persistência dos parâmetros histórico-estruturais do capitalismo tardio e suas iniquidades.

Os influxos externos fundamentaram as pesquisas em Comunicação no continente, tanto no que diz respeito à configuração funcionalista da Mass Communication Research, que despejou sobre a América Latina a pauta da “comunicação para o desenvolvimento”, quanto os argumentos da Teoria Crítica, que sedimentam as bases para um profícua Sociologia da Comunicação interessada no descompasso entre a realidade local e as características gerais da comunicação massificada. Na medida em que ambas as vertentes se dispuseram a lidar, cada qual a seu modo, com as peculiaridades nacionais do fenômeno comunicacional, era inevitável que elas se encontrassem com todo o conjunto de pensamento latino-americano interessado em desvendar a lógica do subdesenvolvimento. Esse riquíssimo amálgama de perspectivas, aliadas às experiências dos grupos em luta em torno da comunicação, engendrou uma marcante contribuição dos pensadores latino-americanos para os Estudos em Comunicação, alcançando resultados políticos como a perspectiva da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação no contexto da Unesco, conforme aponta Bolaño (2022).

Esta primeira escola crítica latino-americana esbarrou, em meados dos anos 1980, nos limites impostos pela dinâmica histórica de crise do capital e reestruturação produtiva, tanto no que diz respeito ao abandono estadunidense da Unesco quanto no que tange àqueles processos nacionais em que o neoliberalismo tornou-se a marca da política econômica. Bolaño (2022) reconhece em meio a essa crise a apresentação de duas novas correntes do pensamento

crítico no continente, os Estudos Culturais Latino-Americanos (ECLA) e aquilo que posteriormente se denominou de Economia Política da Comunicação (EPC). Enquanto os ECLA em grande parte embarcaram aos poucos na deriva pós-moderna que assolou a produção intelectual no período neoliberal, a EPC se consolidou como um âmbito em que o pensamento crítico, de fundamento marxista, fez sua morada, na contracorrente das pressões políticas, econômicas e epistemológicas do contexto. A estas correntes podemos somar a perspectiva da Comunicação Popular e Comunitária como um conjunto de posições práticas e teóricas que não se ajoelharam frente ao ataque às classes trabalhadoras, oferecendo, pelo contrário, um aporte decisivo no contexto de luta epistemológica marcada pela avalanche neoliberal e pós-moderna.

Podemos afirmar que a EPC se configura, “seguindo a melhor tradição da economia política marxista, como o estudo das relações de produção capitalistas relativas à estrutura dos sistemas de mediação social, tendo por pressuposto o desenvolvimento das forças produtivas” (Bolaño e Bastos, 2020, p. 177). Particularmente, dedicou-se em sua origem à análise e interpretação críticas da Indústria Cultural, a estrutura dos sistemas de mediação social decisiva do capitalismo monopolista em diante. Oferece-se, assim, como uma alternativa marxista ampla às Teorias da Comunicação. No que diz respeito à América Latina como um todo e ao Brasil em especial, a EPC flagrou um objeto próprio (a Indústria Cultural no capitalismo tardio) e um método adequado ao seu estudo (combinando a análise dialética à avaliação da concorrência característica dos mercados a partir de categorias como a de barreira à entrada) (Bastos, 2019). Uma perspectiva mais ampla que a das Políticas de Comunicação, com as quais manteve, sempre, diálogo.

A comunicação popular, por sua vez, além de uma disposição teórica se apresenta como uma experiência prática que tem o povo como protagonista e a luta por seus direitos como pauta principal. Cicilia Peruzzo destaca que no Brasil e na América Latina esse tipo de comunicação tem origem nos movimentos populares dos anos de 1970 e 1980. Uma produção que não estava ligada exatamente a um tipo de mídia, mas sim a uma ação mobilizadora de um grupo social. Ou seja, como a EPC, focada nas relações sociais, descarta qualquer tipo de determinismo tecnológico. A pesquisadora lembra que essa comunicação foi cunhada também, por exemplo, como alternativa, participativa e comunitária, de acordo onde, como e por quem ela era praticada. O que há de comum entre todas é o sentido político. “O fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social.” (Peruzzo, 2009, p. 47).

O objetivo sempre foi promover conscientização, ajudar na organização, superar a desigualdade e alcançar a justiça social. Para isso, muitas vezes, principalmente durante a ditadura militar (1964 – 1985) o jornalismo de resistência, a produção e veiculação de uma contrainformação, foi sua marca. No período de abertura política, no início dos anos 1980, a comunicação comunitária ganhou força. Surgem as rádios “piratas” (transmitidas no dial) e as rádios-postes (informação e música veiculados em alto-falantes instalados em praças públicas), ambas sem amparo legal. Nesta mesma época crescem as experiências da câmera aberta por meio TVs de rua, também conhecidas como TVs de Rua ou TV Móvel / Itinerante, como a TV Viva (1984 – 1994), de Recife, e a TV Maxambomba (1986 - 2002), da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. As duas produziam vídeos, normalmente a partir de temas sociais, mas não tinham um canal. A exibição e discussão era feita em praça pública ou lugares fechados, mas sempre com recepção coletiva.

Foi também ao longo dos anos 1980 que a EPC se consolidou na América Latina. Em países como a Argentina, suas preocupações se mesclaram significativamente com as discussões em torno da Comunicação Popular e Comunitária. Já no Brasil, o esforço de desvendar o gigantesco monopólio midiático e sua fome de lucros concentrada no mercado de anúncios

publicitários pautava-se pelo pressuposto do país marcado profundamente por desigualdades sociais, expressas no rebaixado nível salarial de sua classe trabalhadora e as consequentes dificuldades de consumo. Reconhecida a proeminência econômica da Indústria Cultural como sistema e setor, o problema do Estado em suas características próprias ao capitalismo tardio volta não mais como o elo capaz de limitar a configuração capitalista da Comunicação no continente latino-americano, mas como um de seus operadores necessários exatamente para viabilizar a existência da estrutura de mediação social em situação adversa. Essa foi uma questão que refluíu sobre a Comunicação Popular e Comunitária e sua experiência em meio ao processo de redemocratização e as dinâmicas daí resultantes.

Somente na década de 1990, tanto o rádio como a TV comunitária puderam ser conceituadas como tais, ao menos do ponto de vista do Estado. A regulamentação governamental de Rádio Comunitária surge com a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. A regulamentação governamental do conceito de Canal Comunitário surgiu com a Lei 8.977, de 6 de janeiro de 1995, que estabelece a obrigatoriedade das operadoras de TV a cabo, beneficiárias da concessão de canais, de disponibilizar, na sua área de prestação de serviços, seis canais básicos de utilização gratuita. De acordo com o artigo 23, são três canais legislativos (Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas/Câmaras de Vereadores), um canal universitário (para uso compartilhado das universidades sediadas na área de prestação do serviço), um educativo-cultural (reservado para uso dos órgãos que tratam de educação e cultura do Governo Federal, governos estaduais e municipais) e um comunitário (aberto para utilização livre por entidades não governamentais e sem fins lucrativos) (Peruzzo, 2000).

Em 2011, a então chamada “Lei do Cabo” foi substituída pela Lei 12.485, sancionada em 12 de setembro, que dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado. O artigo 32 do capítulo VII da lei que foi logo apelidada de “Lei da TV por Assinatura” ampliou de seis para 11 o número de canais sem qualquer ônus ou custos. Entre eles foi mantido “um canal comunitário para utilização livre e compartilhada por entidades não governamentais e sem fins lucrativos.”

A criação dos canais comunitários na TV por assinatura, embora tenha sido considerada um avanço, não atendeu plenamente aos anseios dos movimentos pela democratização das comunicações no Brasil. Eles pleiteavam a criação de canais comunitários na TV Aberta. O que passou a ser possível a partir da Lei da TV Digital, em 2006, que previu a criação do Canal da Cidadania, um canal público na TV Digital Aberta. O Canal da Cidadania foi regulamentado pela portaria nº489 de 18/12/2012. Os canais deveriam operar no sistema de multiprogramação – com um canal divididos em 4 faixas de programação em cada município. Cada faixa dividida deste modo: 1 para o poder público municipal; 1 para o poder público estadual; 2 para entidades comunitárias (Associações Comunitárias sem Fins Lucrativos). A iniciativa caminha lentamente e há poucas experiências de sucesso como a TV Kirimurê, o primeiro Canal da Cidadania do Brasil, no município de Salvador.

Para além das previsões legais, resultantes das lutas dos movimentos que defendem a democratização da comunicação, nunca foi alcançada uma compreensão política mais ampla sobre o papel da comunicação não mercadológica, o que ajuda a explicar a ausência de políticas que, efetivamente, buscassem retirar a comunicação popular do lugar acessório no setor, ao qual foi historicamente confinada, mesmo em governos progressistas. A esse desafio devemos somar o fato de que, sem estrutura e recursos e acompanhando as transformações tecnológicas e no setor em geral, muitos movimentos e ativistas migraram para a Internet, espaço que permite uma aparente participação democrática, mas que é parte daquela reestruturação mencionada antes, o que traz diversas implicações.

As frustrantes perspectivas geradas pelas limitações próprias às esferas jurídicas e legislativas são uma motivação para que EPC e Comunicação Popular Comunitária conjuguem todos os

fundamentos que possuem em comum. Num contexto em que as plataformas digitais despontam como o mais novo objeto de pulsão utopista, a premissa de que a classe trabalhadora é a base para a reconfiguração das estruturas de mediação social, focada numa luta pela transformação das relações sociais e sem qualquer tipo de compromisso determinista com as expressões tecnológicas do capitalismo, faz com que o encontro entre EPC e Comunicação Popular e Comunitária se demonstre decisivo. Esta foi a principal motivação para a organização do dossiê a seguir.

Diante da necessidade permanente de inserir no debate da EPC uma produção que sempre esteve às margens do sistema capitalista, ou seja, a comunicação produzida por grupos tratados como “minoritários”, a EPTIC oferece textos voltados a discutir como populações indígenas, quilombolas, pequenos agricultores, comunicadores comunitários, dentre outros, se apropriaram da comunicação para fortalecer seus movimentos e propor novos modelos de enfrentamento aos algoritmos e as demais amarras da nova estrutura de mediação social. Assim, essa edição reúne artigos e ensaios que jogam luz para algumas ações e seus resultados que asseguram a importância da comunicação na mobilização social.

Abre o dossiê uma entrevista com Gizele Martins conduzida por Lilian Saback. A larga experiência de Gizele como comunicadora comunitária na Favela da Maré, no Rio de Janeiro, se junta à formação acadêmica como jornalista pela PUC-Rio, mestra pela UERJ e doutoranda pela UFRJ, para discorrer sobre a comunicação como ato de resistência. Dando particular atenção à comunicação comunitária no contexto de pandemia, Gizele avalia as implicações geradas pela transformação da estrutura de mediação social, com os novos aparatos viabilizados pela plataforma. Destaque para as articulações vigorosamente críticas promovidas por Gizele, quando compara o contexto de genocídio na Palestina e nas favelas brasileiras.

Mauro Cerbino, da Flacso, e Gissela Dávila, diretora do Ciespal, nos trazem o primeiro artigo do dossiê, intitulado “Políticas de comunicación y sostenibilidad de los medios comunitarios”. Autor e autora tratam de avaliar, a partir da histórica experiência de meios comunitários, alternativos e populares na América Latina, sobre a importância de políticas de comunicação voltadas para o direito de comunicar e a consequente democratização do sistema, quebrando o cercado imposto pela propriedade privada dos meios. O problema, postula o artigo, está em lidar com as condições de sustentabilidade econômica dos meios comunitários, alternativos e populares.

Em seguida, Rozinaldo Miani discorre sobre a “Comunicação popular a serviço das lutas sociais: a experiência do jornal Brasil de Fato”. Observando na experiência em foco uma proximidade com as proposições leninistas do jornal como organizador coletivo, Miani avalia características editoriais e principais temas em pauta no Brasil de Fato a fim de reconhecer como a publicação foi elemento marcante nas lutas sociais em seu período de circulação nacional semanal, entre 2003 e 2015. O artigo apresenta um estudo exploratório da publicação, com particular atenção a sua organização gráfica e as manchetes das mais de 600 edições em escopo.

Em “Democracia silenciada: violações contra comunicadores/as comunitários/as nas eleições 2018-2022”, João Paulo Malerba e Rosângela Fernandes apresentam o resultado de uma pesquisa que olhou para o trabalho e a violência sofrida por jornalistas das cinco regiões do país, nas três últimas eleições. O estudo revela um cenário de violações dos direitos de quem faz jornalismo comunitário e possibilita mapear os fatores que geram a insegurança da categoria. A autora e o autor indicam a necessidade de novas pesquisas que contribuam para a promoção de “políticas públicas, e marcos legais e jurídicos no sentido de que efetivamente garantam a segurança de comunicadores/as comunitários/as em sua produção jornalística”.

Marisvaldo Silva Lima se debruça sobre as ações dos povos quilombolas, um grupo estimado pelo Censo de 2022 em 1,32 milhão de pessoas, cerca de 0,65% da população brasileira. O artigo “Ativismo quilombola: a comunicação do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial em defesa do território étnico de Alcântara/MA” faz um percurso histórico no movimento negro

no país e a dinâmica comunicativa do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE) em Alcântara (MA), em resistência aos avanços do Centro Espacial de Alcântara (CEA). O autor aponta a comunicação como fundamental na mobilização interna, na interação com terceiros sensíveis à causa e na articulação com redes de advocacy para ampliar a visibilidade das demandas das comunidades atingidas.

A comunicação indígena nas redes é parte importante deste dossiê. Em "Ativismo indígena: mapeamento e atuação dos comunicadores populares na Amazônia Legal", um grupo de pesquisadores e pesquisadoras coordenado por Carine Prevedello identificaram 398 páginas no Facebook, Instagram e Youtube alinhados às etnias indígenas nos estados que correspondem à área geográfica da Amazônia Legal no Brasil. Os autores destacam que a partir dos perfis analisados é possível identificar uma crescente importância das redes sociais na disseminação da cultura indígena.

Em "A luta dos Pequenos Gigantes: trabalho de comunicação e luta pela hegemonia no Movimento dos Pequenos Agricultores", Bruna Távora nos apresenta o trabalho de comunicação realizado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), originado em 1996. A partir da realização de uma pesquisa-ação, o autor conclui que o movimento rompeu com artefatos de comunicação tradicionais de sindicalismo e "adotou uma abordagem dinâmica e direta, marcada por acampamentos, greves, ferramentas e outras formas de manifestação, expressão e comunicação".

Fecha o dossiê um artigo sobre "Maurício Tragtenberg: O 'marxista anarquizante' frente a Era Digital", de Gabriel Gil. O artigo retoma a contribuição de Maurício Tragtenberg no campo da comunicação, a partir das correlações por ele produzidas entre marxismo e anarquismo. Interessado nos problemas impostos pela burocratização, o que o motivou estudar as relações entre administração e poder, também dedicou atenção à comunicação, escrevendo por algum tempo a coluna "No Batente" no jornal Notícias Populares. O artigo de Gil busca encontrar nos textos de Tragtenberg contribuições para a organização de instrumentos de comunicação popular no contexto de mídias digitais.

Bibliografia

BASTOS, Manoel Dourado. Indústria Cultural e capitalismo tardio: origens da Economia Política da Comunicação no Brasil em Mercado Brasileiro de Televisão. **Chasqui**: Revista Latinoamericana de Comunicación, n. 142, p. 187-202, 2019. Disponível em: <https://www.revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/4121/3212>. Acesso em: 24 mai. 2024.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BASTOS, Manoel Dourado. Um pensamento materialista em comunicação. In: BIANCO, Nelia R.; LOPES, Ruy Sardinha (Orgs). **O Campo da Comunicação**: epistemologia e contribuições científicas. São Paulo: Sociom Livros, 2020, p. 165-187. Disponível em: https://sociom.org.br/wp-content/uploads/2020/12/livro_ocampo_da_comunicac%CC%A7ao.pdf. Acesso em: 24 mai. 2024.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Introdução. Raízes da economia política da comunicação latino-americana. In: BOLAÑO, César (coord.). **Economía política de la comunicación y la cultura en América Latina, 1970 y 1980**. Buenos Aires: Clacso, 2022.

GRANDIN, Greg. **The last colonial massacre**. 2a. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

PERUZZO, Cicilia. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. **ECO-Pós**, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.46-61.

PERUZZO, Cíclia. **Televisão Comunitária**: dimensão pública e participação cidadã na mídia local. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PERUZZO, Cíclia. Aspectos Históricos da TV Comunitária no Brasil. **V Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación**. Santiago, Chile, 27 a 30 de abril de 2000. Disponível: <http://www.bocc.uff.br/pag/peruzzo-cicilia-tv-comunitaria.pdf>. Acessado 10 de maio de 2024.